

Diário do Legislativo de 13/09/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS Vice-Presidente

Deputado Alberto Pinto PPB
Coelho

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente
Deputado Geraldo Rezende PMDB Vice-Presidente
Deputado Mauri Torres PSDB
Deputado Bené Guedes PDT
Deputada Elaine Matozinhos PSB

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB
Deputado Hely Tarquínio PSDB
Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior
Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente
Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente
Deputado Marcelo Gonçalves PDT
Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão
Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB
Deputado Luiz Fernando Faria PPB
Deputado João Batista de PDT
Oliveira
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Haueisen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Nivaldo Andrade PPB

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente
Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente
Deputado Eduardo Brandão PMDB
Deputada Maria Olívia PSDB
Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB
Deputado Dinis Pinheiro PSD
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Ailton Vilela PSDB
Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente
Deputado Pastor George PL Vice-Presidente
Deputado Dimas Rodrigues PMDB
Deputado Cristiano Canêdo PTB
Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrús PSDB
Deputado Sargento Rodrigues PL
Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira
Deputado Arlen Santiago PTB
Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente
Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Alberto Bejani PFL

SUPLENTES:

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 174ª reunião ordinária, em 13/9/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer sobre a indicação do Dr. José Luciano Pereira para assumir o cargo de Diretor-Geral do IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 1.484/2000, do Deputado Miguel Martini, solicitando ao Governador do Estado informações a respeito das concessões em comodato de veículos nas quais o Estado figura como beneficiado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.497/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando informações ao Comandante-Geral da PMMG sobre operação policial realizada por essa corporação junto com técnicos da CEMIG, na propriedade que menciona, situada no Município de Esmeraldas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.500/2000, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo ao Comandante-Geral da Polícia Militar esclarecimentos sobre o cumprimento do termo de compromisso de ajustamento de conduta, celebrado para garantir a segurança no Parque da Gameleira durante a realização do evento denominado Carnabelô. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.510/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, pedindo informações à COPASA-MG sobre a instalação, ainda este ano, de rede de abastecimento de água na região da Rua Novo Horizonte, Distrito de Souza, no Município de Rio Manso. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.513/2000, da Comissão de Educação, em que pede informações ao Secretário da Educação sobre a existência de inquérito administrativo, ou outra medida similar, aberto contra o Sr. Sérgio Luiz de Paula, ex-Diretor da Escola Estadual Tito Fulgêncio, desta Capital. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.516/2000, do Deputado Irani Barbosa, solicitando ao Diretor-Geral do DER-MG esclarecimentos sobre a terceirização da câmara de compensação tarifária da Região Metropolitana de Belo Horizonte para a empresa que menciona, bem como a renovação do contrato sem licitação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.529/2000, da Comissão de Transporte, solicitando ao Diretor de Transportes Coletivos Intermunicipais do DER-MG informações sobre sua viagem à Europa, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.536/2000, da Comissão Especial Micro Geraes, solicitando informações ao Secretário da Fazenda acerca do referido programa bem como do número de empresas beneficiadas pelo FUNDESE. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.541/2000, do Deputado Paulo Piau, em que solicita ao Secretário da Fazenda e aos Presidentes da MGI e do BDMG informações sobre o perfil dos devedores junto à Caixa Econômica Federal, ao BEMGE e ao CREDIREAL, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.543/2000, do Deputado Antônio Andrade, em que pede informações ao Secretário de Administração sobre os contratos administrativos assinados em 1997, 1998 e 1999 e pagos no exercício de 1999 por esse órgão, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.560/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que pede ao Secretário do Planejamento as informações que menciona referentes ao Programa Comunidade Solidária. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.506, que dispõe sobre o pagamento de militares e servidores públicos ativos, inativos e de pensionistas do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.519, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.521, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.523, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.530, que atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, manutenção e reparos de trechos de estrada que menciona. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.550, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.551, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97, que cria a Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.554, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 2001. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 20, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 4 a 11, 13, 14, 15, 17 e 18, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 21 a 100, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3, 19 e 20, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 12 e 16, também da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 100.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que institui o Dia Estadual de Manifestações contra o Trabalho e a Exploração Infantil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma

do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/99, do Deputado José Milton, que cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre higiene bucal nas escolas de ensino fundamental e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 945/2000, do Deputado Márcio Cunha, que altera a Lei nº 13.464, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 998/2000, do Deputado Doutor Viana, que obriga o Estado de Minas Gerais a devolver ao cidadão a taxa de inscrição em concurso público que não foi realizado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de coleta seletiva de lixo. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Márcio Kangussu solicitou prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 540/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a busca de pessoas desaparecidas. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui atendimento especial a deficiente visual em instituições bancárias. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2000, do Deputado João Paulo, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.789, de 17/4/98, que torna obrigatória a afixação de preço em produto comercializado no varejo e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 880/2000, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 937/2000, da CPI do IPSM, que cria o Conselho de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 940/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapim o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.043/2000, do Deputado Durval Ângelo, que atualiza a pensão de ex-Deputados cassados e concede indenização. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 13/9/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar; 605/99, do Deputado Agostinho Silveira; 1.095/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.100/2000, da Deputada Elbe Brandão; 1.106/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.112/2000, do Deputado Amílcar Martins; 1.133/2000, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.134/2000, do Deputado Edson Rezende; 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.142/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 1.154/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.157/2000, do Deputado Carlos Pimenta.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.135/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 946/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.054/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.128/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.131 e 1.132/2000, do Deputado Dilzon Melo; 1.158/2000, do Deputado Bilac Pinto; 1.168/2000, do Deputado Eduardo Brandão; 1.169/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 13/9/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.084/2000, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 957/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Requerimento nº 1.594/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 13/9/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.590/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 52ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 13/9/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.053/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Requerimentos nºs 1.621/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.624/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz; e 1.626/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial das Taxas, a realizar-se às 16h30min do dia 13/9/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 13/9/2000, destinadas à discussão e votação de pareceres, à votação de requerimentos, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.506, que dispõe sobre o pagamento de militares e servidores públicos ativos, inativos e de pensionistas do Estado; 14.519, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais às pessoas obesas e dá outras providências; 14.521, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo; 14.523, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97; 14.530, que atribui ao DER-MG a responsabilidade pela construção, manutenção e reparos de trechos de estrada que menciona; 14.550, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dá outras providências; 14.551, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97; e 14.554, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual; e 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei Complementar nºs 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado; e 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75; e dos Projetos de Lei nºs 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que institui o Dia Estadual de Manifestações contra o Trabalho e a Exploração Infantil; 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências; 741/99, do Deputado José Milton, que cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências; 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais; 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre higiene bucal nas escolas de ensino fundamental e dá outras providências; 945/2000, do Deputado Márcio Cunha, que altera a Lei nº 13.464, de 12/1/2000; 998/2000, do Deputado Doutor Viana, que obriga o Estado a devolver ao cidadão a taxa de inscrição em concurso público que não tiver sido realizado; 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de coleta seletiva de lixo; 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 540/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a busca de pessoas desaparecidas; 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui atendimento especial ao deficiente visual em instituições bancárias; 821/2000, do Deputado João Paulo, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.789, de 17/4/98; 880/2000, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30/12/97; 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica; 937/2000, da CPI do IPSM, que cria o Conselho de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares; 940/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapim o imóvel que especifica; e 1.043/2000, do Deputado Durval Ângelo, que atualiza a pensão de ex-Deputados cassados e concede indenização; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de setembro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmo Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 543/99, do Deputado Cabo Morais, e em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 627/99, da Deputada Maria Olívia; 857/2000, do Deputado Marco Régis; 930/2000 e 1.009/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.019/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, e 1.037/2000, do Deputado Fábio Avelar, e se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 957/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Júnior, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Maria Andrade Resende à Escola Estadual do Bairro Santa Amélia, com sede em Belo Horizonte.

Na oportunidade em que a Comissão de Constituição e Justiça procedeu ao exame preliminar do projeto, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando a Emenda nº 1.

Dando prosseguimento à tramitação, cumpre agora ao presente órgão colegiado apreciar conclusivamente a matéria, de conformidade com o que dispõe o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A pretensão de se emprestar o nome da memorável Sra. Maria Andrade Resende para denominar a Escola Estadual do Bairro Santa Amélia, na Capital mineira, corresponde ao legítimo anseio manifestado tanto pelo órgão colegiado do educandário, quanto pela comunidade escolar em geral e pelos pais dos alunos.

D. Neném, como também ela era carinhosamente conhecida, foi um exemplo de vida dedicada ao trabalho e aos menos favorecidos. De fato, matriarca de família numerosa, sempre ao lado do marido, e enfrentando dificuldades financeiras, mesmo assim não descuidava de socorrer os pobres, sem alarde, seja coletando e doando-lhes alimentos e remédios, seja ocupando o cargo de zeladora da Capela da Misericórdia.

Ao homenagearmos-la, estaremos também prestando gratidão ao seu filho Eliseu Resende, hoje Deputado Federal, a quem muito se deve a criação e a expansão da referida escola.

Conquanto a proposição se nos afigure pertinente, cumpre-nos, por outro lado, apresentar subemenda à emenda que lhe foi apresentada, visto que, da forma como foi redigida, fica o entendimento de que o educandário passaria a se chamar "Escola Estadual do 2º Grau do Bairro Santa Amélia", o que configuraria desacordo com a nomenclatura adotada pela Secretaria de Estado da Educação, por ali fazer referência ao grau de ensino ministrado.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 957/2000 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Subemenda nº 1 à Emenda nº 1

Suprima-se da Emenda nº 1 a expressão "do 2º Grau".

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000.

Eduardo Brandão, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.053/2000

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De iniciativa do Deputado Luiz Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Cultural de Televisão e Radiodifusão Comunitária do Município de Ressaquinha, com sede nesse município.

Procedendo ao exame preliminar da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça a considerou jurídica, constitucional e legal e apresentou-lhe a Emenda nº 1.

Dando prosseguimento à tramitação, vem agora a proposição a este órgão colegiado para ser apreciada conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com o seu estatuto, a Associação Cultural de Televisão e Radiodifusão Comunitária do Município de Ressaquinha tem por objetivos, entre outros, criar, implantar e administrar um sistema de integração de emissora de radiodifusão e TV ou outros meios de comunicação comunitários em Ressaquinha, educando e aperfeiçoando qualitativamente a produção e transmissão, bem como agilizando as mobilizações de interesse civil emergencial.

Em razão da natureza de suas atividades, é inegável que a entidade colabora decisivamente para que os associados e a população em geral tenham seus interesses defendidos e possam efetivamente organizar movimentos legítimos voltados à cidadania.

Na oportunidade, vale esclarecer que a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça destina-se tão-só a retificar erro formal verificado no art. 1º, sem alterar o espírito da norma ali expressa.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.053/2000 com a Emenda nº 1, oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000.

Bilac Pinto, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

172ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/9/2000

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, senhores funcionários e companheiros, em primeiro lugar, quero anunciar que amanhã, 7 de setembro, a data cívica maior do País, sem dúvida alguma, merece por nós ser comemorada. É evidente que o povo brasileiro tem muito ainda a reclamar ou solicitar do País, que é, de certa forma, ainda jovem, mas hoje desponta como uma das grandes lideranças mundiais: um povo ordeiro, pacífico, trabalhador e, acima de tudo, com fé e esperança. Por isso, a data de amanhã deve ser comemorada por todos.

Nós, do PMDB, com o PDT, o PV e o PMN, estaremos, amanhã, na Avenida Afonso Pena, fazendo um grande desfile pela paz, pela solidariedade, por dias melhores e que venham a irmanar todos nós. Acima de tudo, uma vontade muito grande de ter uma Belo Horizonte muito melhor para nós e para os nossos filhos.

Amanhã, a partir das 11 horas, após o desfile militar, estaremos no desfile pela solidariedade, pela paz e - por que não dizer? - no desfile daqueles que têm uma proposta concreta para esta cidade, que é, realmente, mudar os rumos administrativos de Belo Horizonte. Nossa cidade, nas últimas décadas, foi um dos municípios brasileiros - comprovado estatisticamente - que mais cresceu. Mas, infelizmente, cresceram como Belo Horizonte inúmeros problemas, que a fazem hoje uma cidade difícilíssima de ser administrada.

Nesse sentido, o PMDB, o PDT, o PMN e o PV têm uma proposta nova para Belo Horizonte. É uma novidade nesta campanha a candidata ser uma mulher, a companheira Deputada Federal Maria Elvira, que já foi Deputada Estadual - e sempre foi das mais bem votadas. Sem dúvida alguma, é a grande novidade nesse pleito eleitoral. Nós, do PMDB e do PDT, temos a honra de apresentar à comunidade belo-horizontina essa mulher guerreira, de fé e de luta, que, à frente da Prefeitura, fará uma administração revolucionária, porque é o seu desejo. Trata-se de uma mulher aguerrida, trabalhadora e que tem competência para isso. Portanto, com a nossa ajuda e daqueles que querem mudanças na cidade, não tenho dúvida de que transformaremos a administração de Belo Horizonte.

Gostaria de reiterar esse convite, amanhã, na Avenida Afonso Pena, a mais importante da cidade, extremamente jovem, com 103 anos, também lá estaremos desfilando, com nossos carros alegóricos, para fazer uma caminhada pela paz, pela solidariedade, mas, acima de tudo, uma caminhada que demonstre ou que possa atingir um novo caminho, melhor para todos nós. Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de agradecer penhoradamente.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é a preocupação que temos em relação à proposta orçamentária do Estado.

Sabemos que o Executivo, por meio da Secretaria do Planejamento, da Fazenda e outras afins, está elaborando o orçamento para 2001. Recordo-me de que, à época do envio da

proposta orçamentária para este ano, 2000, o Secretário do Planejamento, Manuel Costa, disse que o que mais caracterizava aquele orçamento era o fato de ser real e de, efetivamente, fixar as despesas em relação às receitas efetivamente produzidas, ou seja, era uma perspectiva real do que aconteceria. Entretanto, no decorrer do ano, houve problemas, e o orçamento não pôde ser executado da forma que o Executivo e o Legislativo desejariam. Portanto, Sr. Presidente, advirto a respeito da importância dessa mensagem do Governo do Estado, porque esta Casa, junto ao Executivo, deve encontrar uma proposta mais realista para o orçamento de 2001. Se, hoje, todos estamos falando em modernização do Estado, em uma revolução da administração, a fim de que se possa conceber a eficácia da máquina pública e a probidade com relação ao dinheiro público, nesse sentido, temos o grande cenário para que o Executivo e o Legislativo possam trabalhar conjuntamente na busca de soluções. Há também a questão do Judiciário, que, hoje, encaminha a esta Casa uma série de colocações fundamentais, que devem ser analisadas.

Sr. Presidente, queremos, ainda, manifestar da tribuna a nossa preocupação com uma série de projetos em tramitação na Casa. Gostaria de chamar a atenção dos Deputados para um deles, que é uma contribuição desta Casa para as suspeitas de uma série de irregularidades junto ao Executivo, no que concerne às licitações. Nesse sentido, apresentei um projeto que cria a Ouvidoria da Licitação, que seria coordenada por um Ouvidor escolhido em lista triplíce, encaminhada pela OAB e pelo Ministério Público, entidades que, sem dúvida, representam para a sociedade uma grande esperança em termos de correção. Infelizmente, a Lei nº 8.666, que rege o processo licitatório, avançou em alguns aspectos, mas guarda resquícios de uma lei que, efetivamente, dá má contribuição a esse processo, uma vez que permite que qualquer cidadão, com um telefone celular e uma pastinha debaixo do braço, dele participe. Esse é um entre tantos aspectos condenáveis dessa lei.

É importante falar sobre essa questão das licitações no poder público, já que, todas as vezes que temos problemas em uma Secretaria ou outro órgão, o processo licitatório está envolvido. Está na hora de averiguarmos que essa questão das licitações deve ser mais bem analisada. Por isso trouxe, para a apreciação dos meus pares, essa contribuição: a criação da Ouvidoria da Licitação.

Acho que isso poderia dar-se por meio de um processo que não venha a aumentar a burocratização da licitação, pois não é o que desejamos. Sabemos que existem obras emergenciais e que alguns setores carecem de maior agilização, mas o processo, a todo e qualquer momento, tem que ser extremamente transparente e ágil e, acima de tudo, não pode pecar por uma agilização desordenada, suspeita. Portanto, Sr. Presidente, acreditamos que a Ouvidoria da Licitação, que prevê uma lista triplíce, encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Ministério Público, tem uma contribuição muito grande a dar para o processo. E é a forma que teremos de acompanhar todos os processos licitatórios do Estado. É uma forma de esta Casa, que representa a legitimidade do povo mineiro, acompanhar e fiscalizar os atos do Executivo. Acreditamos que, por meio desse projeto, poderemos dar uma grande contribuição.

Além disso, Sr. Presidente, essa é uma meta do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, e dos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - estão no Plenário os companheiros Deputados Eduardo Hermeto, Olinto Godinho e Miguel Martini. É meta da Comissão, que sempre realizou um trabalho brilhante no que concerne ao acompanhamento do orçamento do Estado, investir na fiscalização. Portanto, as ações da Comissão e de alguns de nós têm que vir como contribuição, cada vez maior, para que possamos acompanhar, "pari passu", essas questões, especialmente no âmbito do Executivo. Esse projeto que cria a Ouvidoria da Licitação é uma contribuição do Legislativo, para tornar mais transparente o processo licitatório da administração pública.

Hoje, convidamos os Deputados para participar conosco de uma caminhada cívica que acontecerá amanhã, dia 7 de setembro, patrocinada pelos partidos PMDB, PDT, PMN e PV, na Avenida Afonso Pena, às 11 horas; todos os Deputados estão convidados, assim como o povo de Belo Horizonte.

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Deputado Márcio Cunha, estou ouvindo com atenção seu pronunciamento. De fato, as ouvidorias têm cumprido importante missão na administração pública. No caso da Ouvidoria das Licitações - não sei se já foi objeto de reflexão por parte do grupo de V. Exa. -, gostaria que fosse prevista a competência de analisar as dispensas de licitação, o que é, talvez, mais grave do que a licitação malfeita ou dirigida. Trata-se da dispensa da licitação, que não passa pelo crivo da Comissão de Licitação.

O Deputado Márcio Cunha* - Agradeço ao ilustre Deputado João Paulo. Estou acolhendo a solicitação de V. Exa., que tem toda a razão, porque, muitas vezes, os problemas estão na dispensa de licitação. Veja-se a questão extremamente polêmica das obras do Sul de Minas, dispensadas de licitação. É evidente, sem querer entrar no mérito, que esse assunto é discutível. Estivemos no Sul de Minas, inclusive com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que hoje preside esta Casa, verificando que algumas estradas deveriam ter sido feitas desde o Governo passado. A contribuição do Deputado João Paulo é importante, e vamos inseri-la no projeto. Obrigado a todos pela atenção.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, imprensa, em 28 de agosto, o "Jornal do Senado" publicou uma notícia que para nós, da Comissão de Saúde desta Casa, que estamos discutindo o assunto, é muito importante, porque nos trouxe novas esperanças. Trata-se de um projeto de lei de autoria do Deputado Federal Roberto Brant, de Minas Gerais, proibindo a propaganda na televisão e no rádio de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Os anúncios só poderão ser veiculados por meio de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. Proíbe, ainda, o patrocínio de atividade cultural ou esportiva por empresas cujos produtos são feitos à base de tabaco. A propaganda comercial de cigarros não poderá ser associada à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais. Também não poderá ser incluída a participação de crianças ou adolescentes.

O projeto também proíbe a propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarro pelo correio, bem como a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público. Veta, ainda, propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista ou local similar.

Ressalto a importância desse projeto, de autoria de um mineiro, pois a Comissão de Saúde já avançou bastante na discussão desse assunto. A propaganda de cigarros, além de ser um abuso, é contraditória em relação às ações do Governo, que, no ano passado, investiu mais de R\$20.000.000,00 no estímulo à plantação de tabaco. Além disso, temos conhecimento da quantidade de recursos que são gastos no tratamento de milhares de pacientes, vitimados pelo uso do cigarro, com o enfisema pulmonar, a bronquite crônica, o infarto agudo do miocárdio, o câncer de próstata, etc. O cigarro é um veneno extremamente viciogênico. Existem pesquisas demonstrando que é mais viciogênico que a heroína. No entanto, está nas propagandas, induzindo ao vício as pessoas, especialmente os jovens e adolescentes.

A bebida alcoólica é outro absurdo e é um assunto que já está sendo bastante discutido.

É um absurdo deixarmos que os medicamentos sejam propagandeados pelos potentes veículos de comunicação, como o rádio e a televisão. Os remédios têm de estar sob o controle dos farmacêuticos e dos médicos, que são os profissionais competentes para isso. Muitas pessoas consomem remédios porque viram pessoas ilustres deste País, ligadas ao esporte, fazendo propaganda de medicamentos, como o Vitasay e outros, que não são isentos de efeitos colaterais. Aquela propaganda, que foi transmitida por aquele ente de grande representatividade popular, demonstra os benefícios que o remédio irá proporcionar. Esses benefícios, muitas vezes, não correspondem à realidade. Isso é muito sério, tanto que deve haver um repositório médico e um controle farmacêutico. A minha região de Barbacena, que é uma grande produtora de hortifrutigranjeiros, está com o seu lençol freático, os seus rios e os seus riachos contaminados por substâncias agrotóxicas, sem quase nenhum controle de uso. Os agricultores também estão expostos aos defensivos agrícolas, que são venenos perigosos. Esse projeto fala também da questão dos defensivos agrícolas.

As terapias entram no mesmo processo dos medicamentos: têm de ter uma receita individualizada para cada paciente. Quem sabe a terapia adequada a cada paciente é aquele profissional da área de saúde habilitado para tal.

Deputado João Paulo, no dia 13 de setembro, o projeto será votado pela Comissão de Constituição e Justiça, que terá uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. Há 23 emendas para esse projeto. Esperamos que seja aprovado, em benefício da população brasileira. Nós, mineiros, que lutamos tanto contra essas propagandas, estaremos felizes, sabendo que esse projeto pode ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Muito obrigado, nobre Deputado Edson Rezende. Com muita alegria, venho formular o meu aparte em apoio à fala de V. Exa. Sou um ativista nessa brigada contra o cigarro há mais de 20 anos. Esse é o meu esporte predileto. Gostaria que não fosse, mas, infelizmente, abracei essa proposta. Por onde ando, tenho falado sobre o cigarro. Participei, recentemente, da 11ª Conferência Mundial Antitabaco, realizada em Chicago, nos Estados Unidos, ocasião em que pude travar contatos e intercambiar uma série de informações da maior importância para essa luta contra o cigarro. Visitei o atual Ministro da Saúde, Senador José Serra, por várias vezes. A Associação Nacional de Combate ao Tabagismo, de que sou Presidente, juntamente com os demais Diretores, esteve com o Ministro José Serra, para mostrar a necessidade de se enfrentar essa propaganda enganosa. O Governo nem precisa tanto dessa lei que está sendo votada. Ela é importante também, e o Ministro está atuando em várias frentes. Uma delas poderia ser a suspensão

liminar e imediata da propaganda do cigarro, por ser reconhecidamente enganosa. Fazer propaganda enganosa constitui crime à luz do Código de Defesa do Consumidor.

Não há como prosperar essa propaganda. A propaganda antitabaco agrada-me. O cidadão vem para a TV e diz que, na juventude, foi seduzido por uma propaganda muito bonita e que permanece bonita hoje, até mais que antes. Foi seduzido por uma propaganda que não utiliza uma linguagem verbal, mas uma linguagem emocional que arrasta e escraviza. Na juventude ele optou pelo cigarro; agora, quer largar e não consegue. Nem precisa mais, porque já lhe faltam as duas pernas e ele praticamente já não tem vida para usufruir de agora para a frente. Esse tipo de propaganda que choca foi feito pelo Ministro.

Fico perplexo e boquiaberto quando percebo que os fabricantes e marqueteiros do cigarro estão ameaçando o Congresso Nacional, dizendo que vão retirar o apoio a eventos esportivos e culturais, como Carlton Dance e outros, que se fazem no Brasil às custas do que é arrecadado com a desgraça da população brasileira com o cigarro. Acho que os traficantes de drogas do Rio de Janeiro prestam à população brasileira um serviço de muito maior expressão que o dos fabricantes de cigarros. O traficante de drogas do Rio de Janeiro paga o pré-natal das mulheres que não têm condição de fazê-lo, pagam hospital para as mulheres terem suas crianças, pagam enterro, escola, merenda, segurança para os favelados, etc. Os traficantes do Rio de Janeiro prestam um serviço social muito mais importante que o desses abutres produtores de cigarro e dos marqueteiros dessa área. V. Exa. está de parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Para encerrar, Sr. Presidente, essa é a questão das drogas chamadas lícitas - cigarro e álcool. Sabemos que a incidência dessas duas drogas ditas lícitas provoca danos a milhões de brasileiros.

Outra coisa importante do projeto: "As emissoras que infringirem a proibição poderão, inclusive, ter suspensa a programação pelo tempo equivalente ao dos anúncios em desacordo com a lei". Ou seja, além da multa de R\$5.000,00 a R\$100.000,00, essa suspensão é outra forma de dar um paradeiro a essa questão das propagandas enganosas. A Comissão de Saúde e os membros que discutem essa questão estamos realmente felizes, pois pelo menos uma atitude foi tomada em relação às propagandas de cigarros, álcool, terapias e medicamentos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, pessoal das galerias, estamos aqui para dar uma reforçada e ao mesmo tempo parabenizar a Mesa Diretora da Assembléia. Queremos pedir todo o empenho da Mesa Diretora para fazer o reajuste o mais rápido possível e atender às reivindicações dos servidores desta Casa, que, desde 1995, não receberam aumento. O Estado já deu reajustes e abonos, melhorando a condição salarial dos seus funcionários. Os nossos funcionários precisam urgentemente que seus desejos se tornem realidade. É uma necessidade e uma vontade da Mesa da Casa. Tudo tem aumentado ao longo desses anos, e somente os vencimentos do Legislativo não sofreram nenhum reajuste até o presente momento. Queremos cobrar uma decisão mais rápida da Mesa da Assembléia, para a liberação desse reajuste, desse abono, seja o que for, melhorando um pouco a condição do salário dos funcionários desta Casa. Esse era o meu primeiro assunto.

Em segundo lugar, também não poderia deixar de homenagear a nossa amiga Maria Caiafa, nomeada para a Ouvidoria do Estado. Ela irá preencher a vaga deixada pelo nosso saudoso querido amigo Dr. José Roberto. Desejamos a você, Maria Caiafa, muito sucesso e todo êxito. Sabemos de sua competência e temos certeza de que irá desenvolver um grande trabalho à frente da Ouvidoria do Estado.

O terceiro assunto, que também me preocupa muito, é o seguinte: os criadores mineiros de gado recebem, com muita apreensão, a notícia da ocorrência de focos de febre aftosa na Argentina, no Paraguai e em dois municípios do Rio Grande do Sul.

Depois de uma luta árdua, de muitos anos, procurando a erradicação desse mal, que inviabiliza muitos rebanhos e o comércio de carne e leite, Minas está para obter a tão sonhada certificação de zona livre de febre aftosa.

Apesar da liberação do chamado Circuito Pecuário Centro-Oeste, quase metade do rebanho mineiro ainda sofre restrições quanto à exportação, aguardando relatório final da Organização Internacional de Epizootias - OIE.

O Governo do Estado se mobilizou rapidamente, tendo o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - intensificado medidas de proteção, tais como: a fiscalização rigorosa dos eventos agropecuários, o controle mais enérgico do trânsito de animais, a revacinação de animais de até 30 meses de idade para fins de trânsito, além da fiscalização severa nas 60 barreiras fixas localizadas em território mineiro.

Não se sabe ainda a real extensão do problema, se há outros focos no Rio Grande do Sul ou em outros Estados.

É necessário, porém, que as autoridades mineiras estejam alerta para que não seja comprometido um trabalho tão persistente e bem feito em nosso Estado.

Conclamo, pois, o Legislativo mineiro a somar esforços com o Executivo, especialmente com a Secretaria de Agropecuária e Abastecimento, colocando-se à disposição para apoiar medidas que tranquilizem os criadores mineiros e mantenham afastada de nossos rebanhos a sombra perniciosa da febre.

Peço o apoio dos nobres pares nessa cruzada, com particular destaque para a atuação da Comissão de Agropecuária desta Casa, para que sejam sugeridas outras medidas de proteção e proposta a liberação dos recursos necessários à preservação da sanidade do rebanho mineiro.

Que as ações do IMA, por intermédio de suas 18 delegacias regionais, que atendem mais de 790 municípios, sejam incentivadas e continuem recebendo do Governo do Estado o suporte indispensável ao êxito dessa campanha contra a febre aftosa.

Também não poderia deixar passar em branco o fato de que, no dia 30/8/2000, a associação dos funcionários desta Casa, a ASLEMG, completou 40 anos de existência. É um dever nosso reconhecer o valor dessa entidade para o engrandecimento dos funcionários que aqui trabalham ao longo desses 40 anos.

Tive a felicidade de estar presente e poder ver o primeiro Presidente da entidade, aquele que sonhou junto com outras pessoas do grupo. E o sonho tornou-se realidade, porque quando se sonha junto é possível realizar. Assim, foi fundada a associação dos servidores desta Casa.

Quero, pois, parabenizar o primeiro Presidente, Sr. Adônix, pai do Eduardo Vieira Moreira, um dos Diretores desta Casa, como também a atual Presidente, Arlete, que representa toda a categoria.

Parabéns a vocês, que continuam prestando um grande trabalho à classe de funcionários desta Casa, pelos 40 anos de existência dessa entidade.

Hoje quero denunciar uma situação que estamos apurando, mas que já quero tornar de conhecimento público. Fui procurado pelo presidente de uma associação comunitária de um pequeno povoado da zona rural de Curvelo, lugar para onde estamos tentando, há um ano, levar a TELEMAR, um orelhão ou um telefone. Pasmem com o que passo a relatar. A TELEMAR está com um programa de expansão e dentro de algum tempo chegará até aquela localidade para implantar a telefonia, mas a associação comunitária da localidade de Poções, em Curvelo, recebeu, por intermédio da Caixa Econômica Federal, uma conta para pagar o telefone da localidade, o qual nem existe ainda. Há mais de um ano estou tentando que a TELEMAR implante ali um sistema de telefonia, e já chegou lá uma conta de R\$164,00 para ser paga na Caixa Federal, com número de conta e tudo o mais. Levaremos isso ao PROCON e ao conhecimento da Polícia Civil, para que seja investigado, porque isso deve estar acontecendo em outros lugares do nosso Estado.

Está havendo um grupo de estelionatários roubando das entidades, e nossa obrigação é denunciar, investigar e entregar a quem de direito para cobrar desses que estão agindo

ilicitamente contra as entidades e contra o povo de Minas Gerais. Quero adiantar que já estamos com a conta em mãos; já fui à Caixa e à TELEMAR, que disseram que a conta não é delas. Vamos descobrir que empresa é essa, que não aparece, que não coloca telefone em lugar nenhum e envia uma conta, por intermédio da Caixa Federal. Se "colar", "colou", estão se enriquecendo ilicitamente e de maneira fraudulenta. Como isso pode estar acontecendo dessa maneira no nosso Estado? Vou continuar minha investigação e, posteriormente, trarei os resultados para o conhecimento de todos os nossos pares e levaremos adiante para que sejam apuradas e cobradas as responsabilidades. Eram esses os assuntos sobre os quais queria falar na tarde de hoje.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONVÊNIO

1º convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º convenente: Senado Federal. Objeto: cooperação nas atividades jornalísticas, educativas e culturais de mútuo interesse. Vigência: 3 anos.

ERRATA

REQUERIMENTOS

Na publicação do resumo de requerimentos verificada na edição de 12/9/2000, na pág. 17, col. 2, no resumo dos Requerimentos nºs 1.613 a 1.616/2000, onde se lê:

"do Deputado Dimas Rodrigues", leia-se:

" da Comissão de Política Agropecuária".